



Estado de São Paulo

Diário Oficial

do

Município de Ourinhos

Lei nº. 4.923, de 05 de janeiro de 2.005

Publicação Semanal

Ano II ★ nº 104 ★

site: www.ourinhos.sp.gov.br

Sexta-feira, 08 de dezembro de 2006



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURINHOS

Estado de São Paulo
Secretaria Municipal de Administração

LEI COMPLEMENTAR Nº. 496

De 07 de dezembro de 2006.

Revoga o art. 85 da Lei Complementar nº. 474, de 22 de junho de 2006, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ourinhos.

A Câmara Municipal de Ourinhos, aprovou em sessão do dia 07 de dezembro de 2006 e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica revogado o art. 85 da Lei Complementar nº. 474, de 22 de junho de 2006, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ourinhos.

Art. 2º. As despesas com a execução da presente Lei Complementar correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Ourinhos, 07 de dezembro de 2006.

TOSHIO MISATO

Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria Municipal de Administração, na data supra.

ANTONIO SÉRGIO BERTUCCI
Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURINHOS

Estado de São Paulo
Secretaria Municipal de Administração

LEI COMPLEMENTAR Nº. 497

De 07 de dezembro de 2006.

Estabelece normas especiais para funcionamento de bares e similares.

A Câmara Municipal de Ourinhos, aprovou em sessão do dia 07 de dezembro de 2006 e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei Complementar de autoria do Vereador Faez Salmen:

Art. 1º. Fica estabelecido o horário entre 06 e 23 horas para funcionamento dos bares ou similares na cidade de Ourinhos.

§ 1º. Caracteriza-se bares ou similares, os estabelecimentos nos quais, além da comercialização de produtos e gêneros específicos a esse tipo de atividade, haja a venda de bebidas alcoólicas para consumo imediato no próprio local, com exceção de restaurantes, pizzarias e padarias.

§ 2º. O horário referido no "caput" deste artigo poderá ser autorizado ou prorrogado, mediante solicitação de alvará de funcionamento, conforme as peculiaridades do estabelecimento e do local onde se encontra instalado, desde que haja interesse público, preservadas as condições de higiene e de segurança do público e do prédio e, em especial, a prevenção à violência.

Art. 2º. Para efeito desta Lei Complementar, os bares ou similares que não possuam alvará de funcionamento, terão licença especial de funcionamento, expedida pelos órgãos competentes da Prefeitura.

Art. 3º. Fica proibida, a partir da publicação desta Lei Complementar, a concessão de novas licenças de funcionamento para bares e similares, em imóveis localizados a menos de 300 (trezentos) metros de distância de estabelecimentos de ensino infantil, fundamental, médio, técnico e superior, público ou privado.

Art. 4º. Aos infratores, nos termos desta Lei Complementar, serão aplicadas, pela ordem, as seguintes penalidades:

I - Notificação para regularização, em prazo não superior a 30 (trinta) dias;

II - Multa de 50 (cinquenta) UFESP – Unidade Fiscal do Estado de São Paulo, aplicável em dobro, em caso de reincidência;

III - Cancelamento do regime especial de funcionamento;

IV - Fechamento administrativo do estabelecimento.

§ 1º. Após o fechamento administrativo do estabelecimento e transcorrido o prazo de 12 (doze) meses, o Poder Executivo poderá conceder nova licença de funcionamento, atendida a legislação vigente.

§ 2º. Antes da aplicação das penalidades previstas neste artigo, o Poder Executivo, em conjunto com o Legislativo, fará ampla divulgação da Lei Complementar.

Art. 5º. A presente Lei Complementar será regulamentada no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 6º. Os recursos para aplicação desta Lei Complementar correrão por conta do orçamento vigente, suplementados se necessário.

Art. 7º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Ourinhos, 07 de dezembro de 2006.

TOSHIO MISATO

Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria Municipal de Administração, na data supra.

ANTONIO SÉRGIO BERTUCCI
Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURINHOS

Estado de São Paulo
Secretaria Municipal de Administração

LEI Nº. 5.103

De 29 de novembro de 2006.

Dispõe sobre a comunicação à Secretaria de Saúde, de nascimento de criança com deficiência visual e dá providências correlatas.

A Câmara Municipal de Ourinhos, aprovou em sessão do dia 20 de novembro de 2006 e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei de autoria do Vereador Hélio Migliari Filho:

Art. 1º. Os médicos, hospitais, pronto socorros, casas de saúde e demais instituições e estabelecimentos que prestam atendimento médico-hospitalar, ficam obrigados a comunicar à Secretaria Municipal da Saúde o nascimento de crianças portadoras de deficiência visual.

Art. 2º. As informações fornecidas à Secretaria Municipal da Saúde serão organizadas e processadas em banco de dados próprio, com o objetivo de possibilitar a formulação de diagnóstico e procedimentos a serem utilizados em ações de medicina preventiva e implementações de políticas

Comunicado SMS/CMS

A Secretaria Municipal de Saúde comunica a população em geral que no dia 18/12/2006, às 08:30 horas, na Câmara Municipal de Ourinhos, haverá Audiência Pública para apresentação da Prestação de Contas do 3º Trimestre/2006, do Fundo Municipal de Saúde.

Ourinhos, 05 de dezembro de 2006.

Lúcia Yassue Tutui Nogueira
Presidente do Conselho Municipal de Saúde
Ourinhos – SP